

## ANTÃO FORTES afirma

A estabilização da Electra passa pela injeção de mais capital, pelo pagamento das dívidas, por um novo tarifário e sobretudo por uma nova filosofia no relacionamento com os consumidores e com os municípios. Este é o entendimento do novo presidente da Comissão Executiva da Electra, Antão Fortes, que afirma: “Estamos a trabalhar para solucionar todos os problemas que afectam a Electra”, embora reconheça que muitas das soluções dependem da situação financeira da empresa.



# Estabilidade da Electra passa pela injeção de mais capital

Segundo o presidente da Comissão Executiva da Electra, vários projectos em curso na empresa necessitam de muito dinheiro. Antão Fortes destaca, em jeito de exemplo, o caso da Praia, que, afirma, precisa no mínimo de mais quatro geradores de grande potência para garantir uma capacidade instalada condizente com as necessidades da capital do país e para manter uma reserva de segurança satisfatória. “Os grupos alugados pelo Estado de Cabo Verde são provisórios. Por isso, a Electra está a negociar neste momento a compra de dois grupos de grande potência, que serão instalados na central do Palmarejo. Pensamos que no prazo de um ano ou pouco mais do que isso, teremos esses geradores a funcionar na capital do país”.

Segundo Antão Fortes, a Electra decidiu avançar com a compra dos dois geradores, que deveriam ter sido adquiridos em 2004, porque a situação da Praia é urgente. E também porque o financiamento garantido pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) se arrasta há algum tempo nos corredores administrativos dessa instituição. Mas

Antão Fortes garante: “Até 2009 teremos quatro novos geradores de grande potência instalados na Praia. Só assim, teremos uma capacidade instalada que atende às necessidades da capital e uma reserva de segurança adequada”.

Só que os problemas da Praia não se resumem à falta ou cortes programados de energia. O presidente da CE da Electra informa que, a nível da produção de água, a situação é complicada. Isso porque, observa, existe uma única unidade de produção, ainda que com capacidade para produzir cinco mil metros cúbicos de água, o que no caso de acontecer uma avaria, deixa a capital sem reservas para suprir as suas necessidades.

Para complicar ainda mais as contas da Electra, Antão Fortes lembra que, a par da Praia, também o Porto Novo, Ribeira Grande, São Nicolau e Boa Vista estão a debater-se com problemas sérios de fornecimento de energia e água. Exactamente por isso, este responsável indica que é hora da Electra se associar às Câmaras Municipais e, sobretudo, adoptar uma nova filosofia de gestão.

“Gostaríamos, nesta nova fase, de

contar com a parceria das Câmaras Municipais e de adoptar uma nova filosofia no relacionamento com os consumidores, com os municípios e com o próprio Estado de Cabo Verde”, afirma Fortes, que aproveita para destacar as “dívidas importantes” para com a Electra que precisam ser liquidadas, por forma a dotar a empresa de alguma liquidez financeira que lhe permita resolver os problemas mais imediatos.

O presidente da CE da Electra assegura ainda que a empresa possui um plano para a instalação de geradores em todos os municípios com maiores dificuldades. Mas, para colocar o plano em prática, afirma, “precisa cobrar as dívidas o mais rapidamente possível”.

Relativamente ao município do Porto Novo, que enfrenta cortes programados há cerca de quatro meses, Antão Fortes explica que Santo Antão precisa de uma nova central eléctrica, que cubra toda a ilha. “Na central do Porto Novo já não cabe mais nenhum gerador. No entanto, precisamos resolver o problema deste município em particular e da ilha em geral, e isso passa, necessariamente, pela construção de uma nova

central”, assevera este responsável, que deixa entender que os problemas estão diagnosticados, mas faltam os meios financeiros para resolvê-los.

Antão Fortes evoca, por tudo isso, a difícil situação financeira da Electra, que tem ainda pendente enormes compromissos financeiros com as petrolíferas, para justificar a sua teoria de que a “estabilização da empresa passa por uma forte injeção de capital, pelo pagamento das dívidas e pela implementação de um novo tarifário”.

Este último item (o novo tarifário), está em análise na Agência de Regulação Económica, mas Antão Fortes diz que a Electra pensa fazer uma proposta mais concreta à ARE, que lhe permita fazer investimentos. Embora admita que, sem o apoio do governo e sem as parcerias estratégicas com os municípios, a empresa dificilmente terá capacidade para assumir os custos necessários para normalizar a situação de abastecimento de água e energia, Antão Fortes garante que a Electra vai cumprir esse desafio e entrar no compasso do desenvolvimento do país. Porque novos dias virão.

Constância de Pina





Rua Angola nº 23 - 8. Vicente  
 Telef: 232 31 57 - Fax: 232 31 94  
 Móvel: 997 98 53

Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda. Sempre Consigo

## MNE ARRUMA A CASA

Arnaldo Andrade é o novo embaixador de Cabo Verde em Portugal, devendo apresentar dentro de dias as suas cartas credenciais às autoridades de Lisboa. O actual Encarregado de Negócios, em Portugal, Daniel Pereira, segue rumo a Brasília, para ser o embaixador de Cabo Verde no Brasil. Enquanto isso, o Ministério dos Negócios estrangeiros vai recrutar mais diplomatas “para reforçar e qualificar mais o seu quadro de pessoal”.



## Novos embaixadores e mais diplomatas

Arnaldo Andrade é o novo Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, substituindo assim Onésimo Silveira, que deixou o cargo em 2005. Desde então esta representação diplomática, tida como uma das mais importantes que a cidade da Praia tem no estrangeiro, vem sendo dirigida pelo Encarregado de Negócios, Daniel Pereira.

Andrade tem pela frente a difícil tarefa de desanuviar o clima tenso ora existente na Embaixada do nosso país em Portugal, marcado por constantes desentendimentos entre o Encarregado de Negócios Daniel Pereira e conselheiro Eduardo Silva.

“A gota de água que fez transbordar o copo aconteceu há mais de dois meses. Os dois, de braços levantados, só não se engalinharam, dentro do gabinete de Daniel Pereira, porque interveio o assessor para a área admi-

nistrativa, Luís Freire. Quando os dois mais graduados da Embaixada estão em guerra, imagine o que isto pode significar para os subordinados e a imagem de Cabo Verde em Portugal”, descreve um diplomata, para quem o MNE deveria agir disciplinarmente contra os protagonistas deste acto.

Fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros asseguram, no entanto, que o problema está ultrapassado, já que Daniel Pereira deve seguir, dentro de pouco tempo, rumo à República Federativa do Brasil, para assumir as funções de novo Embaixador de Cabo Verde naquele país da América do Sul. Luís Dupret, o actual embaixador de Cabo Verde em Brasília, deve regressar à Praia para ocupar outras funções, ainda por definir.

Mas as movimentações dos diplomatas cabo-verdianos não ficam por aí. José da

Silva, secretário de embaixada na Missão Permanente das Nações Unidas em Nova Iorque, foi nomeado Cônsul Geral de Cabo Verde em S. Tomé e Príncipe. Silva vai substituir Emanuel Duarte, agora designado para dirigir o Consulado Geral em Washington. A secretária de embaixada Margarete Lima é outra que vai deixar Washington e voltar à sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Praia.

Paralelamente a essas movimentações, o MNE vai recrutar novos diplomatas, mediante concurso público. Só que essa medida do MNE é vista por alguns diplomatas como uma forma de tapar o sol com a peneira. “Vai-se abrir um concurso para recrutar novos diplomatas. Mas nós temos neste momento diplomatas que cheguem. O problema é que estão mal distribuídos e faltam condições de trabalho em

alguns departamentos”, comenta um quadro dos negócios estrangeiros que pediu anonimato.

Em banho-maria continua, por outro lado, o projecto de novo estatuto de diplomatas, que desde o ano passado espera a homologação do presidente da República, Pedro Pires. “É o veto da gaveta” comenta-se nos corredores. Em causa estão as mudanças introduzidas no citado diploma, que, segundo os seus críticos favorecem sobretudo os diplomatas que fazem ou fizeram parte dos governos de José Maria Neves. São os casos de Fátima Veiga, Jorge Tolentino, Domingos Mascarenhas, José Duarte, entre outros. Esses críticos contestam sobretudo a forma como os secretários de embaixada ascendem ao posto de conselheiro.

Alirio Dias de Pina

## Onésimo vai ser conselheiro do Primeiro-Ministro



Onésimo Silveira, doutorado em Ciências Políticas, vai ser nomeado, brevemente, conselheiro do primeiro-ministro, José Maria Neves. Silveira deverá, por incompatibilidade de funções, suspender o seu mandato de deputado pelo círculo eleitoral de S. Vicente.

O chefe do governo já convidou Onésimo Silveira para ser seu conselheiro. Silveira já deu o seu sim a José Maria Neves, mas o processo está a seguir os seus trâmites normais junto do gabinete do primeiro-ministro.

“Os termos de referência sobre o que poderá vir a ser o trabalho de Onésimo como conselheiro estão ainda por definir. Mas é quase certo que Silveira poderá vir a aconselhar politicamente o primeiro-ministro, já que ele é doutorado em Ciências Políticas”, deixa escapar um dos envolvidos no processo.

A confirmar-se a sua nomeação

para o referido cargo, Onésimo deverá, por incompatibilidade de funções, suspender o seu mandato de deputado da nação, na qualidade de independente na equipa do PAICV pelo círculo eleitoral de S. Vicente. “Silveira ficará com residência fixa na cidade do Mindelo, podendo, graças às novas tecnologias da comunicação, exercer as suas novas funções de conselheiro nas instalações locais da residência do primeiro-ministro ou a partir da sua própria casa, em Selada da Baleia”, perspectiva uma fonte próxima do gabinete do PM.

Para observadores atentos, é muito provável que Onésimo esteja, com esse novo cargo, a preparar-se para, voos políticos mais altos, por ora, a sua recandidatura à Câmara de S. Vicente e o cargo de embaixador de Cabo Verde junto das Nações Unidas (ONU) são as hipóteses mais plausíveis.

Personalidade de perfil multifacetado, Onésimo Silveira é natural da S. Vicente, onde nasceu a 16 de Fevereiro de 1935. Além de ser doutorado em Ciências Políticas, Silveira é conhecido como poeta, ensaísta e romancista. Político controverso, chegou a participar na luta da libertação nacional conduzida pelo PAIGC, que abandonou ao incompatibilizar-se com os seus companheiros de luta.

Antes da abertura política de 1990, Silveira regressou a Cabo Verde na qualidade de aposentado da ONU e com o estatuto de diplomata. Concorreu e ganhou, liderando um grupo de independentes, a presidência da Câmara de S. Vicente durante três mandatos consecutivos. Já no ano de 1998, fundaria o Partido do Trabalho e da Solidariedade, e de 2002 a 2005, Onésimo Silveira foi Embaixador de Cabo Verde em Portugal.

Alirio Dias de Pina

# Angola comemora 31 anos de independência

Angola celebra amanhã 31 anos de independência e tem uma razão a mais para comemorar. Com a consolidação da paz, depois de uma guerra que durou quatro décadas, o país entra definitivamente na via do desenvolvimento. O BM e o FMI apontam um crescimento de 14% da economia angolana em 2005 e para este ano estimam um crescimento de 25%, facto que coloca Angola no ranking dos países que têm o crescimento mais rápido do mundo.

Um crescimento económico provocado não só pela indústria petrolífera, mas também por outros sectores da economia, nomeadamente a construção civil, portos, bancos, serviços, comunicações, tecnologias de informação, exploração mineira e turismo. Prova disso é a imagem da cidade de Luanda que está a mudar de "forma radical", com edifícios modernos, bancos, casas comerciais, escritórios e novos hotéis.

Com a paz, a partir de 2002, o país entrou numa "nova fase, a de consolidação da estabilidade, da reconciliação nacional, da democracia e da criação das bases para o início do crescimento económico impetuoso e do desenvolvimento sustentável", lê-se numa nota da embaixada angolana, alusiva ao aniversário da independência.

## MAIS COOPERAÇÃO COM CABO VERDE

Ao longo dos últimos 30 anos, Angola e Cabo Verde trilharam juntos o caminho da independência procurando estar a maior parte desses anos lado a lado, sempre que os desafios colocados aos dois jovens países assim o exigia. Mas nos últimos anos esta cooperação tem adquirido um novo fôlego com as mais importantes delegações de Praia e Luanda a tentarem dar um novo fôlego. Sinal disto é a en-

trada dos angolanos na Enacol e na Cabo Verde Telecom, a sociedade mista de pescas Tuna Fish e a disponibilização de mais de sete mil hectares de terrenos aos empresários cabo-verdianos na província do Kuanza-Sul, bem como a assinatura há cerca de três meses, de um acordo para concessão de financiamento ao governo de cabo verde, a fundo perdido, no valor de três milhões de euros. São sinais dos novos tempos que a Sonangol CV, uma sucursal da Sonangol, faz questões de anunciar. Tempo de refinaria, empreendimentos e empresas angolanas a laborar no país.

Um dos maiores empreendimentos imobiliários do país no momento, em frente ao Palácio do Governo, resulta de uma parceria entre investidores cabo-verdianos, portugueses e angolanos. A parte angolana, representada pela Sonangol-CV, participa no referido empreendimento com 2,35 milhões de euros. Isto depois de o Estado angolano ter entrado na Empresa Atlantic Tuna, do Mindelo, com 40% do investimento total.

Entre as relações de cooperação Angola-Cabo Verde inclui-se, também, a concertação de esforços para a musealização do ex-Campo de Concentração do Tarrafal, que guarda, também, a história de Angola. Prevê-se ainda, a instalação em Cabo Verde do Banco Africano de Investimentos, o BAI. A facilitar estas relações, está a ligação aérea entre Sal e Luanda, garantida pela TAAG.

Em resposta a esta parceria, em claro crescimento nos últimos anos, Cabo Verde tem recebido estudantes angolanos que fazem, aqui formação profissional e superior. Neste quadro, o país já formou cerca de 30 técnicos angolanos, sendo 15 deles no Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) e três no Instituto de Investigação e Desenvolvimento Agrícola (INIDA).





A Universidade Pública de Cabo Verde quer ser “um curso e não um recurso”. A valorização da competência e da qualidade é, para António Correia e Silva – que é “quase” reitor (a ministra da Educação deve anunciar hoje a sua nomeação) – o pilar da instituição. A poucos dias do arranque da primeira “Semana Académica” da UniCV, entre 17 e 24 de Novembro, o presidente da Comissão Instaladora, em entrevista, revela que a universidade vai ter unidades próprias, abandonando-se a proposta inicial de criar uma federação com os institutos superiores públicos já existentes. Mesmo assim, a UniCV constituir-se-á como uma rede, com parceiros nacionais e internacionais, entre os quais a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Bordéus. O desafio, admite ainda, é criar uma universidade “prática” e adequada às necessidades do país, que conquiste a classe média.

por: Rita Vaz da Silva

## “O desafio é que a classe média opte pela Universidade de Cabo Verde”

- Foi convidado para ocupar o cargo de reitor da Universidade Pública de Cabo Verde (UniCV). Vai aceitar o desafio ou não?

- De facto, fui convidado e estive algum tempo a ponderar. Não é uma decisão que se possa tomar de ânimo leve. É um desafio enorme, porque, apesar de ser um cargo muito prestigiante, encaro-o essencialmente com espírito de missão e, sobretudo, com grande humildade. Do ponto de vista pessoal, a aceitação implicará alguns sacrifícios, nomeadamente ter menos tempo para a família e para a investigação. Enfim, levando em conta os argumentos daqueles que me convidaram e de muitas pessoas que consultei, sinto-me inclinado a aceitar.

- Há alguma polémica relativamente ao facto de ainda não ter o grau de doutoramento e poder vir a ser reitor da UniCV. Comente, por favor.

- Bom, esta interpelação deveria ser feita ao Governo, que me convidou, e não a mim. À luz da proposta dos Estatutos da Universidade de Cabo Verde, este é o único mandato em que o reitor é de nomeação governamental. Compreende-se facilmente porquê: é um mandato de implementação de um projecto de universidade que ele aprovou e, assim sendo, é justo que possa escolher livremente a quem confiar a sua

implementação. É uma questão de confiança. De garantia. Até que porque será o Governo a responder depois, perante a sociedade, pelo sucesso ou insucesso do mesmo. Digamos que o bônus da liberdade de escolha, agora, é a contrapartida do ónus da responsabilização, mais tarde. Doravante, passada a fase da implementação da instalação, o reitor será eleito pela comunidade universitária dentre os professores doutorados do topo da carreira.

- Então qual será o papel do reitor neste mandato?

- A excepcionalidade deste mandato é que se trata de um mandato fundador em que, segundo o Governo, o perfil do reitor deve conciliar mérito científico e conhecimento do processo. Apesar de não ser doutorado (note-se que o doutoramento não é a única via de aferição do mérito científico) tenho uma trajectória científica relevante. Sou co-autor de três volumes da História Geral de Cabo Verde, obra premiada tanto em Cabo Verde como em Portugal. Trabalhei no Instituto de Investigação Tropical, em Lisboa, durante vários anos. Sou autor de vários livros no meu domínio de especialidade. Mais do que isso: contribuí em várias das minhas obras para o avanço científico da historiografia de e sobre Cabo Verde, criando problemáticas novas. E serei,

dentro de pouco tempo, doutorado. Suponho, no entanto, que a razão que levou o Governo a me endereçar o convite (e isso não me diminui em nada) é, acima de tudo, para que continue um trabalho começado na Comissão Instaladora, mais do que o meu mérito ou demérito científico.

- E o que fez a Comissão Instaladora da Uni-CV durante estes dois anos?

- A comissão pôs de pé um projecto de universidade e mostrou as vias de o realizar. Fizemos um estudo da realidade cabo-verdiana, de modo a se configurar uma estrutura universitária que fosse adequada à realidade geográfica, social e cultural do país. Neste processo de concepção tivemos um empenhado e qualificado contributo de uma equipa portuguesa de assessoria, capitaneada pelo Prof. Pedro Lourtie. Mobilizámos parcerias internacionais, assinando protocolos ou programas de colaboração com um conjunto alargado de instituições em Portugal, no Brasil, na Bélgica, em França. Promovemos oportunidades de formação pós-graduada, de modo a alargar a base de recrutamento de futuros professores da Universidade de Cabo Verde. Editámos uma publicação científica (tendo versão online e impressa), chamada “Revista de Estudos Cabo-Verdianos”, que agora vai no seu quarto número. Avaliámos as insti-

tuições públicas de ensino superior. Realizámos um ciclo de palestras (inclusive houve quem nos tenha chamado de “comissão de palestras”) e, por fim, propusemos os estatutos e o projecto orgânico da Universidade de Cabo Verde. Ou seja, a composição orgânica das unidades de ensino, de investigação e de extensão da UniCV.

**- Analisada a situação do país a nível da educação, qual o melhor modelo a adoptar para gerir/fazer funcionar a universidade?**

- Para mim, um dos principais desafios na concepção do modelo foi o de erguer uma instituição que tenha qualidade científica e pedagógica e, ao mesmo tempo, seja acessível aos cabo-verdianos. Portanto, tendo em conta a condição arquipelágica do Estado e diaspórica da Nação, propusemos para a Universidade de Cabo Verde uma estrutura organizativa em rede. As âncoras iniciais estarão na Praia e no Mindelo, onde começam por localizar-se as unidades orgânicas. E através da associação e parceria com instituições educativas de diversos níveis e formatos, como as escolas técnicas, escolas secundárias e mesmo centros de formação profissional, a universidade pode promover formação superior em diversos pontos do território nacional.

Outro pilar da rede é a utilização sistemática das novas tecnologias de comunicação. Neste aspecto, encaramos a universidade mais enquanto uma plataforma de difusão socialmente ampla do conhecimento do que uma instituição presa a uma localização.

Esta opção pela universidade em rede tem também consequências ao nível da oferta formativa. A Comissão Instaladora deixa por exemplo como recomendação a implementação de um tipo de formação, a desenvolver de forma disseminada e em associação com escolas técnicas, que apelidámos no Documento de Estratégia como Formação Pós-Secundária Curta. Trata-se de um tipo de formação que tem como perfil de entrada o 12º ano e deve durar dois anos; será formatado de modo a atender às necessidades de inserção bem-sucedida dos jovens no mercado de trabalho. Temos que valorizar o empreendedorismo e educar para a iniciativa empresarial, uma vez que o défice de iniciativa constitui um dos travões ao desenvolvimento. Vamos também centrar a formação na transmissão de habilidades e capacidades de quem aprende.

**- E essa rede vai-se expandir a universidades estrangeiras?**

- Estrangeiras e nacionais. A comissão lega à Reitoria vários projectos de mestrado a realizar com universidades estrangeiras. A título de exemplo, refiro-me à Universidade de Aveiro, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à Universidade Nova de Lisboa, à Universidade de Las Palmas, entre outras.

Temos igualmente de nos pôr em rede com a nossa diáspora científica. Neste sentido, devem ser pensados instrumentos e mecanismos eficazes de mobilização e colaboração. Esta dimensão é um ideário de aprofundamento do conceito de Nação Diasporizada. Rede é, para nós, não só um modo de organização da universidade como também uma atitude ou mesmo um traço de cultura institucional.

**- No entanto, Corsino Tolentino afirmou recentemente que a Universidade de Cabo Verde não tem parceria com nenhuma das 50 melhores universidades do mundo. Que tem a dizer sobre isto?**

- Bom, eu não conheço o teor da afirmação e, como tal, não gostaria de comentá-la. O que eu posso dizer é que a comissão fez parcerias com várias instituições universitárias e politécnicas que, além de prestigiadas, têm afinidades conosco. Assim, celebrámos acordos de cooperação com a Universidade de Aveiro, a Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Politécnico de Lisboa, de Tomar e de Leiria. Vamos assinar, daqui a uns dias, com a Universidade do Algarve. Isso é em Portugal. Assinámos também com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a Federal do Ceará e com a CAPES, que é a instituição brasileira que apoia a pós-graduação. Temos cooperação com a Universidade de Bordéus e vamos receber a visita do presidente da Universidade de Ruão para celebrarmos o protocolo de colaboração. Fazem parte igualmente da lista dos parceiros a Universidade de Louvain. Com todos eles temos programas de trabalho, pois evitámos assinar protocolos que não fossem acompanhados de um programa concreto. Estou certo de que, depois de instalada, a Reitoria aprofundará o processo de mobilização de parceiros iniciado pela Comissão. A ideia é fazer protocolos que funcionem, porque eles são meras peças honoríficas.

**- Inicialmente pensaram acoplar a UniCV aos insti-**

**tutos de ensino superior público já existentes, criando uma espécie de federação. Essa ideia foi abandonada. Porquê?**

- Apesar de ser uma via célere e simples, por isso atractiva, este cenário era pouco portador de futuro. Nele não se interrogava a adequação das áreas científicas, a bondade da localização e a vocação dos institutos. Mesmo assim, apresentámos a proposta ao Governo, a par de um outro cenário, no qual a universidade foi apresentada como uma instituição nova, dotada de unidades próprias, concebidas a partir da análise das linhas tendenciais da economia cabo-verdiana, do estudo da procura do Ensino Superior e do descortinar das orientações políticas constantes nas



**Cabo Verde possui, pelo menos para a nossa dimensão, uma significativa diáspora científica que, numa estrutura em rede, pode colaborar com a UniCV mesmo estando a trabalhar nas instituições dos países de acolhimento.**

Grandes Opções do Plano e no Plano Nacional de Desenvolvimento. Neste segundo cenário, as unidades orgânicas seriam construídas, no entanto, a partir de activos (docentes, equipamentos, infra-estruturas) dos institutos públicos, da sociedade cabo-verdiana e da diáspora. Colocados os dois cenários, o Governo optou pela segunda hipótese.

Quanto à eventual extinção dos institutos, pode surgir dentro da lógica de evolução do país. Alguns deles podem vir a ser absorvidos por algo maior e mais adaptado aos novos desafios da sociedade.

**- Então a universidade irá sempre recrutar recursos humanos a outros institutos de Cabo Verde?**

- Na verdade vai recrutar onde os houver. Há hoje em formação pós-graduada no país e no estrangeiro um número não desprezível de pessoas. É gente jovem, actualizada e motivada para os desafios do ensino superior e da investigação. Cabo Verde possui, pelo menos para a nossa dimensão, uma significativa diáspora científica que, numa estrutura em rede, pode colaborar com a UniCV mesmo estando a trabalhar nas instituições dos países de acolhimento.

Por outro lado, os acordos já celebrados com instituições estrangeiras, quer no domínio das formações pós-graduas e da investigação quer no das formações pós-secundárias curtas, propiciam vias de mobilidade de docentes. O docente estrangeiro pode trazer novos “apports” e ser uma das fontes da abertura da nossa universidade. De resto, defendemos

que o ensino do inglês, do francês e do castelhano seja generalizado de modo a que consigamos recrutar professores estrangeiros de outros espaços linguísticos, que não só o português. Somos um país pequeno, arquipelágico e o isolamento para nós representa um perigo quase mortal. Sozinhos não podemos trabalhar, é uma ilusão.

**- Quais são os próximos passos, a curto prazo, para implementar a universidade?**

- Em primeiro lugar, instituir a Reitoria, aprovar os Estatutos e associar os institutos de ensino superior públicos.

**- Pelos estudos que fizeram, como avalia o estado da educação em Cabo Verde? Há alguma perspectiva de “fazer ponte” a nível curricular entre os diferentes níveis de ensino?**

- São questões muito complexas. Se há algum traço que caracteriza a realidade da educação em Cabo Verde é o dinamismo. Se fizermos uma retrospectiva desde a independência, veremos que os ganhos são constantes e cumulativos. Primeiro, universalizou-se o ensino básico. A minha mãe contava-me o esforço que foi. Escolas em regime de desdobramento, aluguer de salas em casas precárias, formação de professores que provinham de zonas rurais. Em seguida, expandiu-se o ensino secundário, que era, à data que eu saí de Cabo Verde para estudar em Portugal, em 1982, muito elitizado. Se não me engano havia apenas dois liceus no país todo. A abertura deste gargalo preparou a actual expansão do Ensino Superior. Sabia que o número de estudantes matriculados no Ensino Superior no país multiplicou por quatro entre 2000 e 2006, isso sem contar com aqueles que estudam no exterior? Neste período de tempo duplicámos a taxa bruta de Ensino Superior. O rápido crescimento da procura, que não é senão a parte visível de um amplo processo de reconversão social, levanta vários problemas de gestão. Um deles é o da qualidade.

Até há bem pouco tempo, a posse de um diploma superior era, independentemente do conteúdo do título, garantia de emprego e de um certo status simbólico. Mas a corrida à formação superior cedo ou tarde faz desvalorizar os títulos e a questão passa a ser a das competências, das capacidades. O nosso Documento de Estratégia chama a atenção para a necessidade da formação superior vir a centrar-se na transmissão de capacidades que permitam vencer os desafios colocados por uma sociedade em busca ansiosa de competitividade internacional. É preciso que as instituições de Ensino Superior dotem as pessoas de capacidades para participarem na geração de mais-valia nas diferentes instituições como escolas, empresas, municípios, etc.

**- Qual poderá ser a mais valia da UniCV, considerando que grande parte dos jovens se deslocam ao estrangeiro para completar os seus estudos, na sua maioria em instituições reconhecidas da Europa e do Brasil? Disse uma vez que Cabo Verde não é ainda um curso, mas um recurso.**

- Eu considero ganho o desafio da criação da universidade pública quando a classe média cabo-verdiana, tendo outras alternativas de formação, optar pela Universidade de Cabo Verde, não por razões de preço ou de proximidade, mas pelo facto de esta proporcionar boa formação. Eis, digamos, a nossa fasquia.

**- E como vai o Estado suportar as despesas com cada aluno, quando actualmente cada estudante do ensino superior custa, por ano, 108 contos e a perspectiva é que esse valor aumente nos próximos anos?**

- Para haver mais qualidade é preciso investimentos. O sistema de Ensino Superior público precisa valorizar a carreira docente, melhorar os acervos bibliográficos das bibliotecas dos institutos, equipar laboratórios e consagrar recursos à investigação. A questão sensível é onde virão os recursos para financiar tais investimentos. Em primeiro lugar, do Orçamento do Estado, uma vez que a universidade é pública. Depois, da co-participação dos formandos. A meu ver, por vezes subavaliou-se a disponibilidade das famílias em financiar a educação superior. Prova disso é que há bastante afluência às instituições privadas que praticam propinas bem acima do que pode ser praticado no público. Por fim, dentro das prerrogativas conferidas pela autonomia universitária, a universidade terá capacidade de gerir e gerar receitas.



# Mudança nas Finanças de São Vicente

**Pedro Oliveira, inspector das finanças, vai substituir Maria José Delgado Jesus na chefia da Repartição de Finanças de São Vicente. Esta mudança visa imprimir uma maior dinâmica à RF do Mindelo, que tem por cobrar mais de 100 mil contos de IUR.**

São Vicente vai ter um novo secretário das Finanças. Trata-se de Pedro Oliveira, que substituirá Maria José Delgado Jesus, cuja comissão de serviço vai ser dada por finda. O processo está a seguir, por proposta da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, o seu trâmite normal junto da ministra das Finanças, devendo, dentro de pouco tempo, Oliveira ser nomeado para o citado cargo.

Pedro Oliveira é inspector e quadro da DGCI. Antes de assumir a RF de Min-

delo, ele deverá, no entanto, abandonar as funções de secretário municipal da Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago, que desempenha neste momento.

Esta mudança na chefia da Repartição das Finanças de São Vicente visa, segundo fontes deste jornal, imprimir uma maior dinâmica a essa estrutura, uma das mais importantes do país e que tem mais de 100 mil contos por cobrar junto de empresas, serviços e seus respectivos empregados só no referente ao método

declarativo de Imposto Único sobre o Rendimento(IUR). Isto sem contar com outros casos de fuga ao fisco ou impostos em atraso.

Sobre este particular, entendidos na matéria defendem a criação urgente de tribunais fiscais, principalmente em S.Vicente, na Praia e no Sal, com um juiz licenciado em direito e que trabalha a tempo inteiro na resolução de tais situações.

Abordado por este jornal, o director-geral das Contribuições e Impostos, escu-

sa-se, por ora, a confirmar ou desmentir o substituto de Maria José na RF de Mindelo. “Não confirmo e nem desminto o nome que avançou para substituir a actual secretária das Finanças em São Vicente. Mas devo dizer-lhe que as medidas em curso abrangem, lá onde for necessário, as repartições das Finanças de todos os concelhos de Cabo Verde”, diz Emanuel Moreira, que reafirma a intenção da DGCI em prosseguir com a guerra contra a fuga ao fisco em todo o território nacional. ADP

## AVISO AOS INVESTIDORES

Tendo tomado conhecimento de que o **Sr. RAMIRO DOS SANTOS LOPES**, engenheiro, residente na Achada de Santo António, tem vindo a desenvolver diligências no sentido de proceder à venda de uma propriedade sita na localidade de S. Tomé, venho, na qualidade de representante de Augusto Barbosa Mendes, Marcelina Rosa Mendes, Alina Rosa Mendes, todos familiares de Pedro Tavares de Barros, venho esclarecer o seguinte:

1. Por escritura notarial de 12 de Dezembro de 1891 Pedro Tavares de Barros e alguns parentes e aderentes dele de nome Anastácio Moreno, Raimundo Moreno, Teodoro Moreno e Vicente Tavares adquiriram por compra aos anteriores proprietários Gaudêncio da Silva Gonçalves e Outros uma propriedade rústica de sequeiro e agricultada com palmeiras, coqueiros, existindo ainda dentro dela várias casas de habitação e uma capela.
2. A propriedade em causa está situada em Portete, S. Tomé, Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia e encontra-se registada na matriz predial sob o n.º 1333 e descrita na Conservatória do registo de Sotavento sob o n.º 702.
3. No terreno essa propriedade está identificada com marcos com as indicações VT&O que representam Vicente Tavares e Outros.
4. A propriedade em causa nunca foi dividida, de jure, entre os co-proprietários, sendo, portanto, uma compropriedade.
5. Todos proprietários em nome de quem a propriedade foi registada são hoje falecidos, transferindo-se, portanto, a mesma para os respectivos herdeiros.
6. A propriedade em causa é hoje uma compropriedade pertencentes aos herdeiros de Pedro Tavares de Barros, Anastácio Moreno, Raimundo Moreno, Teodoro Moreno e Vicente Tavares.
7. Também não houve partilha entre os co-herdeiros e co-proprietários.
8. Arvorando-se em dono exclusivo da propriedade, António Moreno, filho de Gregório Moreno, e neto eventual de Anastácio Moreno, ou de Raimundo Moreno ou de Teodoro Moreno, não se sabe com que artifício jurídico, inscreveu a referida propriedade em seu exclusivo nome. Ao registo coube o n.º 17929.
9. **O registo ilegal, pois, como é do conhecimento comum, um herdeiro não pode nunca inscrever em seu exclusivo nome a propriedade pertencente a uma herança, sem**

**o concurso dos demais herdeiros.**

10. Assim, encontram-se a decorrer acções judiciais no sentido de ser reposta a legalidade das situações jurídicas.
11. Todavia, o mesmo António Moreno procedeu à venda da referida propriedade ao **Sr. RAMIRO DOS SANTOS LOPES**, venda esta que é nula por se tratar de um bem alheio. Também estão a decorrer acções judiciais para a impugnação desta venda, acções em que participa o próprio Ramiro dos Santos Lopes.
12. Tomei conhecimento de que o Sr. Ramiro tem vindo a desenvolver diligências no sentido de revender a mesma propriedade a alguns investidores, nomeadamente ingleses, pelo que venho por este meio informar a todos os potenciais interessados de que a propriedade em causa, apesar de registada em nome do Sr. Ramiro, não lhe pertence efectivamente. O Sr. Ramiro será, eventualmente, proprietário de uma quota ideal da referida propriedade, correspondente à quota que competiria ao Sr. António Moreno que é familiar de um dos Morenos co-proprietários.

**FICA, ASSIM, AVISADO DE QUE QUALQUER CONTRATO DE COMPRA E VENDA DA MESMA PROPRIEDADE OU DA SUA FRACÇÃO A QUEM QUER QUE SEJA SERÁ NULA E DE NENHUM EFEITO, PELO QUE OS POTENCIAIS INTERESSADOS DEVEM ABSTER-SE DE PRATICAR QUALQUER ACTO JURÍDICO QUE TENHA POR OBJECTO A REFERIDA PROPRIEDADE ENQUANTO A SITUAÇÃO JURÍDICA NÃO ESTIVER CLARIFICADA.**

Para melhores esclarecimentos poderei ser contactado no meu escritório na Rua Abrantes Amaral n.º 6 r/c D – Praia – Cabo Verde ou através do mail [geraldodacruz@gmail.com](mailto:geraldodacruz@gmail.com).

Praia, aos 9 de Novembro de 2006

**O Advogado,**  
GERALDO DA CRUZ ALMEIDA  
Mestre em Direito

## Desencontros

## políticos na AM do Maio

Os deputados do PAICV eleitos pelo círculo eleitoral do Maio estão descontentes com o andamento dos trabalhos na Assembleia Municipal da sua ilha. Sessões mal preparadas, actas por assinar, faltas injustificadas são algumas das queixas dos eleitos tambarinas do Maio, que classificam as sessões ordinárias da AM de "bandalheira". Frente a isso, a Presidente da AM do Maio, Joana Rosa, riposta ponto por ponto às acusações, antes de concluir: "Se existe alguma acta sem assinar, ela não é das sessões que eu presidi. Inclusive, a acta da última reunião foi enviada com antecedência para os deputados. Não sei onde está a bandalheira. Se existe algo que não está bem, esteja certo que são os deputados do PAICV que, sistematicamente, tentam criar conflitos na AM".

O líder da bancada do PAICV no Maio é mais comedido nas palavras que alguns dos seus pares, embora também ele esteja descontente com os últimos acontecimentos, ocorridos na segunda-feira, e que ditaram o adiamento da sessão para o dia seguinte, terça-feira. "Pelo que sei, a presidente da AM informou ao secretário municipal, em cima da hora, que não poderia estar presente. Isso numa altura em que boa parte dos eleitos já tinha viajado de Santiago, para participar nos trabalhos. Os deputados tambarinas acreditam que essa comunicação tardia do Presidente da AM só aconteceu em relação à bancada do PAICV, e acham que outras pessoas foram avisadas porque o presidente da Câmara não apareceu e a sala sequer estava preparada para acolher a sessão", afirma Filinto Santos.

A questão do mau funcionamento da AM do Maio até poderia ser relevada, segundo o líder tambarina, se não fosse frequente. "Não é a primeira vez que a sessão é suspensa por causa da ausência dos deputados, documentos incompletos ou outros. Desde Dezembro do ano passado, as coisas têm funcionado de forma precária, sequer temos assinado as actas. Estamos com três actas por assinar", revela este responsável, que aproveita para informar que as sessões da AM acarretam custos com a deslocação dos eleitos, ajudas de custo e outros que são ignorados pelo partido no poder na Câmara do Maio.

Esta situação já levou alguns deputados tambarinas a suspender as suas funções de eleitos municipais, caso de Tó Tavares. Os restantes, de acordo com Filinto Santos, decidiram fazer um esforço para trabalhar, ainda que com todos os obstáculos possíveis e imaginários, em benefício da ilha do Maio. "Desta vez, depois de muitas discussões, decidimos viabilizar o orçamento e o plano de actividades para 2007, que foram apresentados com muitas falhas, para evitar que a ilha fique estagnada. Viabilizámos ainda um pedido de empréstimo para a construção dos Paços do Concelho, que é uma reivindicação antiga dos maienses, e os Estatutos do Centro de Formação Profissional".

**A Semana** não conseguiu falar com o líder da bancada ventoinha na AM, que esqueceu o seu móvel na Praia. Mas a presidente refuta todas as acusações dos deputados do PAICV, que acusa de estarem a tentar criar conflitos onde não existem. Joana Rosa admite que algumas sessões da AM foram canceladas nos últimos tempos por razões que, segundo ela, os deputados conhecem: falta de espaço para realizar os trabalhos e documentação incompleta. Entretanto, desta vez, afirma, o motivo foi realmente de força maior. "O meu filho ficou doente de madrugada e, no início da manhã, informei o secretário municipal da minha ausência. Conforme os estatutos, fui substituída pelo vice-presidente. Portanto, não houve cancelamento ou adiamento dos trabalhos", assegura Joana Rosa.

Esta responsável garante que o início dos trabalhos sempre esteve agendado para terça-feira. "Na segunda-feira iria acontecer uma formação, que só não se realizou porque o formador não conseguiu agendar a sua deslocação para a ilha do Maio", esclarece.

Quanto às actas das sessões, que os deputados alegam não estarem assinadas, Joana Rosa garante que não existe qualquer documento pendente de assinatura, pelo menos os das reuniões que ela presidiu.

CP



# Mais juízes para Fogo, Sal e Maio

**O Conselho Superior da Magistratura Judicial vai dotar os tribunais de primeira classe das Comarcas de São Filipe e Sal de mais um juiz. A do Maio será elevada à categoria de segunda classe, devendo o governo acabar, até finais desta legislatura, com os tribunais de terceira classe em Cabo Verde. A medida visa aumentar a capacidade de resposta destas instituições às demandas locais, contribuindo para diminuir a morosidade da justiça nas referidas ilhas e no país, em geral.**

Os tribunais das Comarcas do Fogo e do Sal, bem como a instância judicial de terceira classe do Maio vão ser reforçados, brevemente, com mais um magistrado. O Conselho Superior de Magistratura Judicial deverá, em concertação com o Ministério da Justiça, lançar, dentro de dias, um concurso público que vai recrutar os dois juízes, um para São Filipe e outro para o Sal. Procedimento idêntico terá o Ministério Público, que deverá recrutar um magistrado para assumir a Procuradoria Regional do Maio.

Fontes deste jornal asseguram que para os tribunais de primeira classe das Comarcas do Fogo e Sal estão em estudo duas possibilidades: o reforço dos mesmos com a colocação de mais um juiz genérico

ou o desdobramento destas instâncias judiciais em Juízos especializados, áreas cível e crime.

Envolvidos no processo fundamentam que tais tribunais vêm funcionando, desde há muito, com um único juiz, o que tem impedido os mesmos de dar vazão, na sequência do aumento da actividade económica e social nestas ilhas, à demanda local, quer no tocante à área cível, quer na área criminal. "No Sal têm aumentado, devido ao desenvolvimento do turismo e à delinquência juvenil, os crimes que envolvem menores, o branqueamento de capitais e o tráfico de droga. Já no Fogo, com destaque para o concelho de S. Filipe, crimes contra a propriedade e pessoas ganham preponderância com o desenvolvimento da agro-indústria e a chegada à ilha de um número considerável de fogueenses repatriados dos EUA. Daí a necessidade de se reforçar, em termos de recursos humanos, estas duas instâncias judiciais".

Quanto ao tribunal de terceira classe do Maio, o informante de **A Semana** garante que a aposta vai no sentido de o elevar à categoria de segunda classe, passando a ter um juiz de direito e um Procurador da República a tempo inteiro. O objectivo é melhorar o desempenho desta estrutura que, desde há muito, vinha operando com um juiz-adjunto e um

delegado do Procurador-geral da República.

"Até o final desta legislatura, o governo pretende transformar todos os tribunais de terceira classe – São Domingos, Mosteiros e Paul –, em tribunais de segunda classe, dotando-os de competência genérica enquanto tribunal de instância", perspectiva uma fonte bem colocada.

O governo, acrescenta a mesma fonte, pretende assim até o final deste seu segundo mandato, acabar com os tribunais de terceira classe em Cabo Verde, pois os mesmos só têm competência para julgar casos criminais de até três anos de prisão e processos cíveis, cujo limite está fixado em razão do valor, 200 contos. E mesmo assim há acções que pela sua especificidade não podem ser julgados nos tribunais da 3ª classe.

Este jornal está em condições de avançar que as medidas em apreço visam sobretudo aumentar a produtividade, a qualidade das decisões e a capacidade de resposta dos tribunais. "As medidas tomadas visam fundamentalmente responder às demandas dos cidadãos e dinamizar a celeridade processual, contribuindo assim para diminuir a morosidade da justiça nas ilhas referidas e em Cabo Verde, no geral", conclui uma fonte do gabinete do ministro da Justiça.

ADP



JUSSARA MENDES 16 ANOS (MINDELO)



SUSILENA COSTA (MISS CV 2006)



NADIA GOMES 17 ANOS (SAL)

## Polémica mancha Miss Cabo Verde

A Miss São Vicente 2006, Jussara Mendes, buscou a comunicação social para reivindicar a coroa de Miss Cabo Verde deste ano. Ela está revoltada porque embora obtivesse a pontuação mais alta atribuída pelo júri, isso de nada lhe valeu. É que ela tem 16 anos e, de acordo com as regras do concurso, no Miss Cabo Verde só participa quem for maior. A responsável da Capital Modell, organizadora do espectáculo, Eloisa Morais, admite que errou ao permitir à Jussara e a mais três menores participarem do certame, mas defende que sempre as avisou, muito antes da finalíssima no Sal, que elas só concorreriam para Miss Simpatia e Fotogenia já que não tinham idade para ser Miss Cabo Verde. Contactada a Direcção-geral do Desenvolvimento Turístico, órgão que rege o concurso, esta parece não estar interessada numa questão que além de caricata mostra, pela repercussão que está a ter, que uma fiscalização séria dessa actividade... precisasse. Porque, além de gerar somas avultadas e estar directamente ligada à promoção do país, mexe com as paixões e as susceptibilidades dos cabo-verdianos.

A situação foi tornada pública na segunda-feira, quando a Miss São Vicente, Jussara Mendes, através da rádio, ainda no Sal onde aconteceu o Miss Cabo Verde 2006, divulgou que teria ganho o concurso com 180 pontos, mais do que qualquer outra concorrente no desfile, pois a eleita, Susilena Costa, se quedou pelos 160 pontos.

Em entrevista ao **A Semana**, Jussara contou que "como tinha 16 anos eles mudaram a decisão e deram a faixa à Miss, Santiago, e fiquei como as outras que não levaram nada, enquanto tive um desempenho a ponto de ser eleita pelo júri Miss Cabo Verde. O que eu defendo é que deveriam ter anunciado ao público que quem teve a melhor pontuação fui eu, mas como não tenho idade, a Miss Santiago iria representar Cabo Verde. Só para que todos pudessem saber...", diz enquanto chora.

E acrescenta: "É isso que me deixa chateada, essas injustiças são cometidas e ninguém diz nada, mas eu não me calo. Sei que tenho razão, que tenho direitos. Todos em São Vicente já sabem que eu sou a Miss Cabo

Verde e se deram o título a ela o problema é deles", desabafa Jussara Mendes, sugerindo que a organização terá conspirado para que a Miss Santiago levasse a coroa. A revolta de Jussara é ainda maior porque ela teria sido informada que poderia concorrer a Miss Fotogenia e Simpatia, mas, mesmo com a maior pontuação entre as candidatas, vai para casa sem uma faixa para contar a história.

Um dos cinco elementos do Júri, Samuel Dias, confirma que, de facto, Jussara foi quem levou a maior pontuação nos votos oficiais e pergunta "o que foi ela lá fazer se o regulamento diz que menores de 18 anos não podem concorrer?". Entretanto, o mesmo Samuel diz que os próprios membros do júri só foram avisados dessa situação – com a qual não concordaram como mostram as pontuações – "depois de as concorrentes desfilarem de biquíni e quando já tínhamos iniciado a votação... Nós achamos que nem ela nem as outras três menores, deveriam ter participado. Isto é algo que nós quisemos levar ao conhecimento público, mas a organização não concordou", assegura.

Outro membro do júri, Simão Lopes, concorda que a polémica poderia ter sido evitada, se as "regras do jogo" tivessem sido respeitadas ou se o júri tivesse sido informado atempadamente dessa situação. Por isso, entende que a responsabilidade do ocorrido cabe à administradora da Capital Modell, Eloisa Morais, que foi quem tomou a polémica decisão, e depois veio mesmo influenciar o júri. "Porque a partir do momento em que se escolhe os elementos do júri, tem-se que confiar neles, ninguém pode interferir no seu trabalho, entrando na cabina e dando a sua sugestão. Porque quem ficou mal, fomos nós diante da população salense e Cabo Verde inteiro", remata.

Com tudo isso, Eloisa Morais admite que terá errado ao permitir a participação de menores no concurso, já que o regulamento da Miss Cabo Verde não o permite. Um regulamento que, segundo fomos informados, é regido pelo próprio gabinete da Direcção-Geral do Desenvolvimento Turístico, a quem cabe a fiscalização desta actividade. Pelo menos, é

esta entidade quem concede a licença para a organização do Miss Cabo Verde, que a Capital Modell tem desde 2002. Mas, como justifica Morais, esta confusão toda começou por ser originada pela organização do concurso Miss São Vicente, que conhecia o regulamento. "Porque eu não sabia quem era a Miss São Vicente e a Jussara chegou no meu gabinete, surpreendentemente, em Agosto ou Setembro, não me lembro, para me informar que era a Miss São Vicente e que tinha 16 anos, mas que a Raquel (da organização da Miss São Vicente) a orientou para não dizer a sua idade. Demorámos a conversar e eu disse-lhe que não podia", recorda. Uma afirmação confirmada por Jussara.

Morais conta ainda que ficou comovida com as lágrimas da moça e prevendo que a Miss Maio (ilha que há muitos anos não organizava um concurso), poderia ser menor e "para não estragar a festa delas, abrimos essa excepção". Aliás, foram quatro as excepções: a concorrente do Maio tem 17 anos; a Miss Boa Vista, 16 anos, e a Primeira-dama do Sal, 16 anos; e Jussara. Procurando justificar-se, Eloisa Morais repete: "Deixei que participassem com o 'porém' de só poderem concorrer a Miss Fotogenia e Simpatia". Elas, assegura, foram devidamente informadas, e com antecedência, de que nunca poderiam aspirar à coroa de Miss Cabo Verde.

Quanto ao júri, Morais informa que os avisou sobre as menores e que "eles sabiam, sim, senhor". Por isso entende que tudo não passa de uma cabala contra ela, armada por dois elementos do júri: Simão Lopes e uma senhora conhecida como Fatinha. Esta última terá sido quem informou Jussara sobre a sua pontuação, violando a ética e o sigilo a que um júri está obrigado. "Tudo muito bem organizado para me prejudicarem", conclui Eloisa Morais.

A organizadora do evento conta que, na altura em que surgiu a polémica, ela sugeriu ao júri que se chamasse a Miss São Vicente para ela confirmar que sabia que não poderia concorrer à faixa maior. "Eles recusaram a minha sugestão. A Miss Boa Vista está cá para confirmar (e ela confirma) que todas as

menores foram avisadas da condição para participarem", informa.

Enfim, uma história confusa e lamentável que, com certeza, vai manchar este Miss Cabo Verde 2006. Mas, sobretudo coloca a nu a necessidade de uma fiscalização mais séria dessa actividade que, afinal, mexe com as susceptibilidades, como mostra este caso que começa a adquirir contornos de uma disputa regionalista. Sem contar que se trata de uma actividade que mexe com dinheiro, patrocínios de empresas e individualidades nacionais e muito tem a ver com a promoção da imagem da mulher crioula e de Cabo Verde.

Por isso, **A Semana** tentou junto da Directora-Geral do Turismo e Ambiente, Filomena Ribeiro, conhecer a posição desse organismo que deveria supervisionar o concurso Miss Cabo Verde, pelo menos, é o que diz o estatuto que atribui personalidade jurídica a esta associação. Mas, depois de várias tentativas, Ribeiro mandou informar, através da sua secretária, que o seu gabinete nada tem a ver com o assunto, pois nem sequer recebe qualquer documento ou informações sobre essa actividade. Uma posição que muitas pessoas atentas a essas lides estranham quanto mais não seja porque sugere desresponsabilização. E perguntam: "Será que a DGT deve esperar que as pessoas lhe informem? Não será antes, este organismo que deve exigir contos e contas e fiscalizar efectivamente uma actividade que está sob a sua competência?" Questões que mostram o quão frágil é ainda a fiscalização entre nós. Um mal que começa em pontos estratégicos e vai até actividades aparentemente fúteis, como é o Miss Cabo Verde.

E, perante tantas falhas, desde as organizações das misses regionais à nacionais que parecem trabalharem de costas viradas, passando pela falta de fiscalização, ninguém parece querer assumir por inteiro as suas responsabilidades em mais este caso. Enquanto isso, o Concurso Miss Cabo Verde vai perdendo cada vez mais a credibilidade que certamente mereceria um concurso que deve promover a beleza feminina crioula.



CABO-VERDIANOS A BORDO

# “Orca II” detido com mil e trezentos quilos de cocaína

Dois marinheiros cabo-verdianos foram detidos pelas autoridades britânica e espanhola na sequência de uma operação anti-droga, que teve como alvo o rebocador de pavilhão hondurenho Orca II. O navio, segundo consta, foi apreendido em águas internacionais com cerca de mil e trezentos quilos de cocaína a bordo. Na operação ainda foram presos um cidadão alemão, um ganês e um australiano.

A operação anti-tráfico foi desencadeada pela Agência Tributária de Espanha, a Serious Organized Crime Agency (SOCA) – agência britânica especializada em crimes organizados –, e a Royal Navy, a marinha real da Inglaterra. As autoridades cabo-verdianas estavam a investigar a embarcação mas não tiveram nenhuma intervenção, mesmo que indirecta, no processo de captura ou de vigilância do rebocador hondurenho.

Segundo Natal Prado, Inspector da PJ em S. Vicente, a Judiciária dispunha das suas próprias informações e estava também atenta à passagem do rebocador por estas paragens. Porém, a nossa polícia não chegou a intervir na operação que levou à captura

do rebocador, onde foram encontrados mil e trezentos quilos de cocaína, produto avaliado em mais de sessenta e cinco milhões de euros no mercado internacional.

“A nossa investigação estava ainda numa fase incipiente. O barco, pelas informações que dispomos, não chegou a entrar nas águas portuárias cabo-verdianas”, comenta o inspector Natal Prado, que desmente informações segundo as quais a PJ colaborou com as outras autoridades europeias nessa operação, fazendo vigilância aos portos do país, o que poderá levar as pessoas a pensarem em vigias permanentes. Até porque, como diz, o inspector da PJ, o “Orca II” não tocou nenhum porto deste arquipélago.

Sabe-se que um dos marinheiros é natural de S. Vicente e está neste momento detido em Espanha juntamente com um seu patrício e os restantes três membros da tripulação do rebocador.

Apesar da presença dos cabo-verdianos na embarcação, os dois indivíduos não estavam na lista que a PJ tem das pessoas ligadas ao narcotráfico em Cabo Verde. Agora que foram apanhados em flagrante delito, vão

ser alvos de uma investigação mais apurada por parte das autoridades cabo-verdianas.

Natal Prado acredita que o “Orca II” foi surpreendido pela marinha real inglesa e pelas autoridades espanholas quando navegava em águas internacionais. Como explica, seria um erro abordar a embarcação dentro da Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde, que está fora da sua competência. “Se tivessem agido desta forma, colocariam em risco o processo-crime contra os suspeitos, perante o Tribunal que irá julgar o caso”, acrescenta.

Existem fortes suspeitas de que o “Orca II” efectuou o precioso carregamento ainda dentro das águas cabo-verdianas. Mas a apreensão só aconteceu ao entrar nas águas internacionais, a sudeste do arquipélago. É que só assim as autoridades espanholas teriam legitimidade para encetar a detenção. Mas essa competência não é exclusiva de Espanha. Segundo



Prado, a legislação cabo-verdiana também permite à nossa polícia actuar dentro das águas internacionais nos casos de tráfico de droga, de armas e de pessoas.

Kim-Zé Brito

Sexta-feira, 10 de Novembro de 2006

Social



## Campanha de solidariedade

O Centro Educativo Miraflores e a Associação de Pais e Encarregados de Educação daquela escola (APACEMIRA) iniciaram uma campanha de solidariedade a favor do aluno Nuno Tavares, vítima de um grave acidente de trânsito na semana passada, que o deixou sem uma perna. Nuno, de sete anos, foi atropelado pelo autocarro da sua escola, quando tentava entrar no veículo que o levaria para mais um dia de aulas.

A campanha visa recolher apoio financeiro, géneros alimentícios e vestuário, para ajudar esse menino pobre a ter pelo menos melhores condições materiais de vida. A família de Nuno Tavares vive num bairro clandestino da cidade da Praia e tem poucos meios para custear o seu tratamento. Com o dinheiro angariado quer-se reabilitar a casa

onde mora o rapaz, construir uma casa de banho para a família e ajudar na compra de medicamentos, entre outros aspectos.

Para receber os apoios em dinheiro já está disponível uma conta bancária, no BCA (nº 75956045 101). Outras doações podem ser encaminhadas para o Centro Educativo Miraflores, Palmarejo Grande (perto da Universidade Jean Piaget). Para mais informações: e-mail: apacemira@hotmail.com.

Entretanto, circulou durante esta semana pelas caixas de correio electrónico uma mensagem apelando à doação de sangue no Hospital Agostinho Neto a favor de Nuno Tavares, que depois de ser-lhe amputada uma perna ainda foi submetido a uma operação cirúrgica que lhe tirou dois dedos de uma mão.



**air sénégál international**  
GROUPE ROYAL AIR MAROC

Air Senegal International tem o prazer de informar a sua amável clientela da mudança dos seus escritórios a partir do dia 2 de Novembro de 2006 para o endereço seguinte:

# RUA SERPA PINTO, 8 B

# PLATEAU - PRAIA

Para nos contactar, favor utilizar os mesmos números:

Tel: 261 75 29/39

Fax: 261 54 83

Email: [praia@airsenegalinternational.sn](mailto:praia@airsenegalinternational.sn)



AIR SENÉGAL INTERNATIONAL  
VAI ADORAR A NOSSA COMPANHIA